

RECURSO ESPECIAL Nº 1.362.192 - PR (2013/0006218-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **INPLA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA E OUTROS**
ADVOGADO : **ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA E OUTRO(S) - PR043295**
RECORRIDO : **ITAU UNIBANCO S.A**
ADVOGADOS : **LAURO FERNANDO ZANETTI E OUTRO(S) - PR005438**
LUCIANO CORREA GOMES E OUTRO(S) - DF007859
ADVOGADOS : **LIVIA BORGES FERRO FORTES ALVARENGA E OUTRO(S) - DF024108**
WYLTON CARLOS GAION - PR051481

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por INPLA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA E OUTROS, com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO.

APELAÇÃO 1 (EMBARGANTES): 1. REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS DA RELAÇÃO JURÍDICA. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 286 DO STJ. CONTRATOS QUE NÃO GUARDAM RELAÇÃO COM A EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE DE REVISÃO EM AÇÃO AUTÔNOMA. RECURSO DESPROVIDO. APELAÇÃO 2 (BANCO). 2. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NULIDADE PARCIAL. LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS E EXCLUSÃO DO NOME DO CADASTRO DE INADIMPLENTES. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO NA INICIAL. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. 3. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. DESNECESSIDADE DE COMPROVAR A EXISTÊNCIA DO ERRO. SÚMULA 322 DO STJ. POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO. 4. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. REDISTRIBUIÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO." (e-STJ,fl.259)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta divergência jurisprudencial quanto aos arts.745, V e Sumula 286/STJ, sustentando, em síntese, que é possível a revisão de toda a relação contratual existente entre as partes em sede de embargos à execução, não estando a discussão limitada ao título executivo que instruiu a execução embargada.

Apresentadas contrarrazões às fls.235/239 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

Sustenta o recorrente que é possível a revisão de toda a relação contratual existente entre as partes em sede de embargos à execução, não estando a discussão limitada ao título executivo que instruiu a execução embargada.

De fato, esta Corte Superior pacificou seu entendimento de que é possível a revisão dos negócios jurídicos antecedentes da obrigação encartada no título extrajudicial, nos termos da Súm 286 do STJ que prevê: "*A renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores*".

Ocorre que no caso dos autos não se trata de execução de confissão de dívida ou de dívida renegociada, mas sim de cédula de crédito rural, débito originário, sem relação com qualquer outro negócio antecedente, nos termos em que consignou o acórdão recorrido:

Primeiro, porque os embargos do devedor devem ser limitados à execução ou, quando muito, aos negócios jurídicos que deram origem ao título executado. No caso, a revisão de todos os contratos bancários não resguarda qualquer cédula de crédito bancário.

Segundo, porque é inaplicável a súmula 286 do STJ, que se refere à renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida. O contrato executado, ora em exame, é de cédula de crédito bancário: isto é, não se trata de renegociação ou confissão de dívida.

Terceiro, o meio adequado para revisar os demais contratos, não objetos da execução e com ele sem qualquer vínculo, é a ação de revisão de contrato. " (e-STJ fl. 206)

De fato, o recorrente pleiteia em sua inicial juntada aos autos de todos os contratos já firmados com a ré, sem especificar qual a relação dos mesmos com o débito exequendo, nos seguintes termos:

h) DO REQUERIMENTO DE PROVA ESPECIAL: Para que seja corroborada as alegações verossímeis dos embargantes acerca do excesso de execução, faz-se imprescindível a realização de perícia contábil sobre todos os contratos e documentos havidos entre as partes ao longo da relação contratual havida, desde o seu início, conforme preconizado pela Súmula 286/STJ . Assim, requer a Vossa Excelência digne-se em determinar a realização da perícia

contábil, a fim de revisar todos os contratos celebrados, sejam eles extintos ou em curso.

E nas razões do recurso especial tal fundamento - ausência de relação entre o débito executado e os contratos anteriores - , autônomo e suficiente à manutenção do v. acórdão recorrido, não foi impugnado nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência da Súmula 283/STF, segundo a qual *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator